ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

I CONGRESSO INTERNACIONAL "SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL"
Associação Pró Inclusão – Instituto Piaget
Almada, 27 de Novembro de 2009

Luiz Fagundes Duarte
Presidente da Comissão de Educação e Ciência

É com muito gosto que, na minha qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, respondo ao convite que me foi dirigido para participar na sessão de abertura deste I Congresso Internacional sobre o tema "Ser Professor de Educação Especial", promovido pela Associação Pró Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial.

Com efeito, é meu entendimento que a Comissão que na Assembleia da República se ocupa de tudo o que tenha a ver com as políticas de Educação no nosso país não pode nem deve alhear-se de todo o tipo de iniciativas que tenham por objectivo reflectir sobre os problemas da Educação, e de um modo particular sobre os problemas da Educação Especial – tanto na perspectiva das crianças e jovens, seus beneficiários, como na perspectiva dos docentes e demais técnicos do sector, agentes e actores insubstituíveis do desígnio nacional que é a inclusão no sistema educativo de todos aqueles que, pelas mais variadas razões, dele são facilmente excluídos.

Por isso, cumprimento a organização deste Congresso Internacional, e aqueles que nele participam, pelo seu empenhamento numa causa que é de todos nós.

Marcus Tullius Cicero, o nosso colega Cícero, escreveu no seu livro *De Divinatio* esta verdade que todos nós – sem excepção – seríamos capazes de assinar de olhos fechados: "Que maior ou melhor coisa poderemos oferecer à república, do que ensinar e instruir a juventude?"

Pois bem: tinha razão o velho Cícero, e com ele Diógenes Laércio, aqueloutro nosso colega da Antiguidade que, segundo a lenda, e porque seria gago, treinava a sua dicção discursando à beira mar com pequeninos seixos colocados debaixo da língua – que terá afirmado que o fundamento de qualquer Estado é a educação da sua juventude.

Pois bem, todos nós – que somos professores, e eu antes de mais sou um professor, mas também psicólogos e técnicos especializados diferenciados – temos por missão e por obrigação não só assumir a nossa condição de elos numa cadeia de transmissão de conhecimentos e de valores, mas, também, a nossa condição de responsáveis operacionais pela preparação das novas gerações para a vida e para uma sociedade, que todos desejamos, de mulheres e homens livres e críticos. Mas também temos por obrigação, mais do que saber ensinar e formar, saber ouvir aqueles que, a cada momento da nossa actividade profissional, são o nosso objecto e o nosso objectivo.

Em Setembro de 2007, no quadro da presidência portuguesa da União Europeia, o Ministério da Educação organizou, em cooperação com a Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Especiais de Educação, uma Audição Parlamentar subordinada ao tema "Jovens Vozes: ao encontro da Diversidade na Educação" ('*Young Voices: Meeting Diversity in Education*'), de que todos os presentes terão conhecimento. Dessa audição emergiu a chamada "Declaração de Lisboa – Pontos de vista dos jovens sobre Educação Inclusiva", onde consta um conjunto de propostas apresentadas por jovens de

29 países, com necessidades especiais de educação, que frequentavam os ensinos secundário, profissional e superior. Não resisto a respigar, dessa declaração, alguns pontos que me parecem importantes e que todos nós nunca deveríamos esquecer:

Em matéria de consciência dos seus direitos, estes jovens acordaram em princípios como:

- Temos o direito de ser respeitados e de não ser discriminados. Não queremos caridade; queremos ser respeitados como futuros adultos que têm de viver e trabalhar num ambiente normal.
- Temos direito às mesmas oportunidades que os outros, mas com o apoio necessário para responder às nossas necessidades. As necessidades específicas de cada um não podem ser ignoradas.
- Temos o direito de tomar as nossas decisões e de fazer as nossas escolhas. A nossa voz deve ser ouvida.
- Temos o direito de viver autonomamente. Queremos constituir família e ter uma casa adaptada às nossas necessidades. Muitos de nós querem ter a possibilidade de frequentar a Universidade. Queremos também poder trabalhar e não ser separados das outras pessoas que não têm incapacidades.
- Toda a sociedade tem de ter consciência e compreender e respeitar os nossos direitos.

Mas, no que diz respeito ao entendimento crítico que faziam do sistema educativo em que se integram, estes jovens entenderam por bem deixar bem claro que:

- Em geral, temos recebido um apoio satisfatório à nossa educação, mas é necessário que se verifiquem mais progressos.
- A acessibilidade aos edifícios está a melhorar. As questões da mobilidade e da acessibilidade arquitectónica constituem, cada vez mais, tópicos de discussão e de debate.
- As questões relativas à deficiência estão a ganhar maior visibilidade na sociedade.
- A tecnologia informática está a evoluir e passaram a estar disponíveis livros digitais bem estruturados.

Curiosamente, estes jovens não adiantam qualquer palavra acerca da qualidade dos seus professores, em matéria de formação e de preparação para tão difícil tarefa…

Não sei até que ponto estes entendimentos reflectem a realidade portuguesa. Mas gostava de o saber, e ninguém melhor do que os profissionais que se encontram no terreno para no-lo dizerem.

Este Congresso, estou certo disso, dará um contributo importante para um melhor conhecimento do que se passa entre nós em matéria de necessidades especiais de educação, e sobretudo do pensamento que os que nele vêm participar têm sobre estas matérias. Para não falar dos problemas que existem a nível da formação dos docentes, bem como das condições de trabalho e de carreira em que exercem a profissão.

Por isso, a Comissão Parlamentar de Educação gostaria de, logo que possível, tomar conhecimento das conclusões que daqui saírem, e coloca-se à disposição para, querendo, os responsáveis da Pró Inclusão e deste Congresso lhe apresentarem, em audiência ou por meio de documentação escrita, as suas

preocupações acerca das responsabilidades, que competem ao Estado, em matéria de ensino especial.

Desejo a todos um bom trabalho durante este Congresso.